Artigo 16 — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os Decretos n.ºs 17.352, de 20 de julho de 1981 e 19.131, de 30 de julho de 1982.

Palácio dos Bandeirantes, 16 de junho de 1983.

ANDRÉ FRANCO MONTORO

João Sayad, Secretário da Fazenda

José Serra, Secretário de Economia e Planejamento

Publicado no Gabinete Civil do Governador, aos 16 de junho de 1983.

Maria Angélica Galiazzi, Diretora da Divisão de Atos Oficiais.

DECRETO N.º 20.991, DE 16 DE JUNHO DE 1983

Estabelece, nos municípios da sub-região do Vale do Ribeira em que tenha sido decretado estado de calamidade pública em razão das enchentes, prazo adicional de pagamento do ICM e cancelamento de débitos fiscais

ANDRÉ FRANCO MONTORO, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 3.º da Lei n.º 1003, de 22 de junho de 1976, bem como o estabelecido na cláusula segunda, alínea "a", e cláusula quarta, alínea "a", do Convênio ICM n.º 24/75, celebrado em 5 de novembro de 1975.

Decreta:

Artigo 1.º — Fica concedido prazo adicional de 30 (trinta) dias para pagamento do Imposto de Circulação de Mercadorias, vencível nos meses de junho e julho de 1983, aos contribuintes situados nos municípios da sub-região do Vale do Ribeira em que tenha sido decretado estado de calamidade pública em razão das enchentes de maio e junho de 1983.

Artigo 2.º — Ficam cancelados os débitos fiscais relativos ao Imposto de Circulação de Mercadorias decorrentes de operações realizadas, no período de 20 de maio a 10 de junho de 1983, por contribuintes situados nos municípios referidos no artigo anterior, cujos estabelecimentos tenham sido danificados pelas enchentes havidas no mesmo período.

Parágrafo único — Para fazer jus aos benefícios de que trata este artigo deverá o contribuinte apresentar requerimento dirigido ao Diretor Executivo da Administração Tributária e instruído na forma estabelecida em ato do Secretário da Fazenda.

Artigo 3.º — O disposto neste decreto não autoriza a restituição de importâncias já recolhidas.

Artigo 4.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 16 de junho de 1983.

ANDRÉ FRANCO MONTORO

João Sayad, Secretário da Fazenda

Publicado no Gabinete Civil do Governador, aos 16 de junho de 1983.

Maria Angélica Galiazzi, Diretora da Divisão de Atos Oficiais.

DECRETO N.º 20.992, DE 16 DE JUNHO DE 1983

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar, nos termos do artigo 6.º, inciso I, da Lei n.º 3.635, de 13-12-82

ANDRÉ FRANCO MONTORO, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais, e

Considerando a necessidade de suplementar o orçamento vigente da Secretaria da Justiça, a fim de atender despesas com a elaboração do estudo do Projeto Integrado Renovação Urbana da Área do Carandiru — Novas Penitenciárias,

Decreta:

Artigo 1.º — De conformidade com o que dispõe o artigo 6.º, inciso I, da Lei n.º 3.635, de 13-12-1982, fica aberto à Secretaria da Justiça, um crédito suplementar de Cr\$ 68.963.195 (sessenta milhões, novecentos e sessenta e três mil, cento e noventa e cinco cruzeiros), observando-se nas classificações Institucional, Econômica e Funcional-Programática, a discriminação indicada na Tabela 1, deste decreto.

Artigo 2.º — Fica alterada a Programação Orçamentária da Despesa do Estado, estabelecida pelo Anexo I, de que trata o artigo 3.º, do Decreto n.º 20.322, de 30-12-1982, conforme Tabela 2, deste decreto.

Artigo 3.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 16 de junho de 1983.

ANDRÉ FRANCO MONTORO

João Sayad, Secretário da Fazenda

José Serra, Secretário de Economia e Planejamento

Publicado no Gabinete Civil do Governador, aos 16 de junho de 1983.

Maria Angélica Galiazzi, Diretora da Divisão de Atos Oficiais.

TABELA 1

Suplementação	Cr\$
17 — SECRETARIA DA JUSTIÇA	
17.01 — Administração Superior Secretaria e Sede	
3.1.1.2 — Outros Serviços e Encargos	60.963.195
Subtotal.....	60.963.195
TOTAL.....	60.963.195

Atividades	Correntes	Capital	TOTAL
Coordenação Geral da Pasta 02.04.020.2.234	60.963.195	0	60.963.195
TOTAL.....	60.963.195	0	60.963.195

Redução	Cr\$
99 — RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
99.99 — Reserva de Contingência	
9.0.0.0 — Reserva de Contingência	60.963.195
Subtotal.....	60.963.195
TOTAL.....	60.963.195

Atividades	Correntes	Capital	TOTAL
Reserva de Contingência 99.99.999.2.411	60.963.195	0	60.963.195
TOTAL.....	60.963.195	0	60.963.195

TABELA 2

Suplementação	Cr\$
17 — SECRETARIA DA JUSTIÇA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
17.01 — Administração Superior Secretaria e Sede	
TOTAL.....	60.963.195
3.ª Quota.....	60.963.195

Redução	Cr\$
99 — RESERVA DE CONTINGÊNCIA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
99.99 — Reserva de Contingência	
TOTAL.....	60.963.195
4.ª Quota.....	60.963.195

DECRETO N.º 20.993, DE 16 DE JUNHO DE 1983

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar ao orçamento do Departamento de Águas e Energia Elétrica-DAEE, aprovado pelo Decreto n.º 20.323, de 30-12-82

ANDRÉ FRANCO MONTORO, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais, e

Considerando a necessidade de suplementar o orçamento do Departamento de Águas e Energia Elétrica-DAEE, com recursos provenientes de operação de crédito, junto ao BADESP, a fim de atender ao Programa de Combate às Inundações na Grande São Paulo,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica aberto ao Departamento de Águas e Energia Elétrica-DAEE, um crédito de Cr\$ 10.000.000.000 (dez bilhões de cruzeiros), suplementar ao seu orçamento vigente, observando-se nas classificações Institucional, Econômica e Funcional-Programática, a discriminação indicada nas Tabelas 1 e 3, deste decreto.

Artigo 2.º — O valor do presente crédito será coberto com recursos de que trata o inciso IV, § 1.º, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17-3-64.

Artigo 3.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 16 de junho de 1983.

ANDRÉ FRANCO MONTORO

João Sayad, Secretário da Fazenda

José Serra, Secretário de Economia e Planejamento

Publicado no Gabinete Civil do Governador, aos 16 de junho de 1983.

Maria Angélica Galiazzi, Diretora da Divisão de Atos Oficiais.

TABELA 1

Suplementação	Cr\$
15 — SECRETARIA DE OBRAS E DO MEIO AMBIENTE	
15.56 — Dep. Águas e Energia Elétrica-DAEE	
4.1.1.0 — Obras e Instalações	10.000.000.000
Subtotal.....	10.000.000.000
TOTAL.....	10.000.000.000

Projetos	Correntes	Capital	TOTAL
Obras do Rio Tamanduateí 13.54.458.1.154	0	2.178.347.782	2.178.347.782
Retif. Dessassor. Conserv. Rio Tietê 13.54.458.1.158	0	7.821.652.218	7.821.652.218
TOTAL.....	0	10.000.000.000	10.000.000.000

TABELA 3

DISCRIMINATIVO DA DESPESA POR SUBPROGRAMA A NÍVEL DE ELEMENTO

Órgão 15.56 — Dep. Águas e Energia Elétrica-DAEE

Código	Categorias Econômicas Específicas	TOTAL	13.54.458	Subprogramas
4.1.1.0	Obras e Instalações	10.000.000.000	10.000.000.000	
	TOTAL	10.000.000.000	10.000.000.000	

DECRETO N.º 20.994, DE 16 DE JUNHO DE 1983

Cria e organiza o Centro de Convivência Infantil do Instituto Agrônomo, da Coordenadoria da Pesquisa Agropecuária, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e dá providências correlatas

ANDRÉ FRANCO MONTORO, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 89 da Lei n.º 9.717, de 30 de janeiro de 1967,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica criado, diretamente subordinado ao Diretor do Instituto Agrônomo, da Coordenadoria da Pesquisa Agropecuária, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, o Centro de Convivência Infantil.

Parágrafo único — O Centro de Convivência Infantil é unidade de natureza interdisciplinar com nível de Seção Técnica.

Artigo 2.º — O Centro de Convivência Infantil tem as atribuições previstas no artigo 8.º do Decreto n.º 18.370, de 8 de janeiro de 1982.

Parágrafo único — As atribuições do Centro de Convivência Infantil serão exercidas preferencialmente em relação a filhos de funcionárias e servidoras que trabalhem no Instituto Agrônomo.

Artigo 3.º — O responsável pelo Centro de Convivência Infantil tem, em sua área de atuação, as competências previstas no artigo 501 e nos incisos I e III do artigo 503 do Decreto n.º 11.138, de 3 de fevereiro de 1978, bem como as previstas no artigo 35 do Decreto n.º 13.242, de 12 de fevereiro de 1979.

Artigo 4.º — O Diretor do Instituto Agrônomo definirá, mediante portaria, normas complementares relativas ao funcionamento do Centro de Convivência Infantil.

Artigo 5.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 16 de junho de 1983.

ANDRÉ FRANCO MONTORO

José Gomes da Silva, Secretário de Agricultura e Abastecimento

Publicado no Gabinete Civil do Governador, aos 16 de junho de 1983.

Maria Angélica Galiazzi, Diretora da Divisão de Atos Oficiais.

DECRETO N.º 20.995, DE 16 DE JUNHO DE 1983

Dá denominação ao estabelecimento de ensino que especifica

ANDRÉ FRANCO MONTORO, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1.º — Passa a denominar-se "Professora Benedita de Salles Pimentel Wutke" a EEPG do Jardim América localizada em Campinas, subordinada à DE e DRE de Campinas.